

Direito de Acesso à Informação

Maria Antonieta Lopes Vigário

Serviço de Informação e Documentação
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Av. Prof. Gama Pinto, 2
1649-003 Lisboa
Tel: 217817629
E-mail: antonieta.vigario@fct.mct.pt

RESUMO

O objectivo desta comunicação é apresentar a problemática da Liberdade Intelectual e apresentar os resultados de uma investigação realizada em Portugal, entre 1995 e 2000.

Inicialmente, apresenta-se a definição de Liberdade Intelectual, a relação que esse compromisso profissional tem com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as razões pelas quais os profissionais portugueses incluem esse respeito pela Liberdade Intelectual no Código de Ética.

Seguidamente apresentar-se-á o estudo realizado, a metodologia, abrangência e exactidão dos resultados obtidos.

As diversas situações profissionais que têm a ver com a Liberdade Intelectual são explicitadas e os resultados obtidos em cada um dos parâmetros apresentados.

ABSTRACT

The aim of this communication is to cover the issues related to Intellectual Freedom and to present the results of a research done in Portugal from 1995 to 2000.

Firstly, Intellectual Freedom is defined according to the literature. The relationship between Intellectual Freedom and the Universal Declaration of Human Rights is presented. The reasons why Portuguese information professionals include this right in their code of professional ethics are given.

Then, the study is presented as well as its methodology, scope and accuracy.

Different professional issues related to Intellectual Freedom are covered, and the results in which of these are presented.

PALAVRAS – CHAVE

Liberdade Intelectual. Investigação Qualitativa. Portugal

KEY WORDS

Intellectual Freedom. Qualitative Research. Portugal

LIBERDADE INTELECTUAL

O conceito de liberdade intelectual inclui o direito à livre expressão e a liberdade de acesso à informação. É também um direito fundamental da pessoa humana e assim está considerado no artº 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Everyone has the right of freedom of opinion and expression; this right includes freedom to hold opinions without interference and to seek, receive and impart information and ideas through any media and regardless of frontiers.

O Código de Ética para os Profissionais de Informação em Portugal tem este direito em consideração. Dizendo no seu artº 1º:

Os profissionais de informação em Portugal são defensores intransigentes do acesso à informação e unem esforços para que esta atitude seja corroborada por uma prática, contínua e exigente, de alerta contra todas as formas possíveis de censura.

Foi vontade expressa de um significativo número de profissionais que a defesa da liberdade intelectual surgisse no Código de Ética. Porque é considerado um direito essencial de todos os seres humanos e dá a razão específica da existência da profissão.

Como se define Liberdade Intelectual?

Diana Woodward ([1]) definiu liberdade intelectual como o direito que inclui “quer o direito de aceder aos esforços intelectuais dos outros quer o direito de distribuir os esforços intelectuais próprios”.

Busha ([2]) afirma que: “The philosophic concept of intellectual freedom is associated with that of metaphysical doubt, humility and tolerance - even

encouragement - of experiment and change, and progress in all areas of human endeavour. Intellectual freedom can be realised in any society only through the exercise of understanding and tolerance.”

APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo baseia-se numa recolha de dados efectuada entre Janeiro de 1996 e Dezembro de 1998. Começou por um estudo piloto que incluiu quatorze entrevistas a diferentes espécies de profissionais de informação portugueses. As entrevistas foram feitas a: cinco bibliotecários de uma universidade no nordeste de Portugal, a um preso responsável pela biblioteca de uma prisão no norte do país, um especialista de informação de uma organização industrial de Lisboa, três bibliotecários de uma cidade industrial perto de Lisboa e quatro bibliotecários de uma biblioteca pública de uma zona rural no sul de Portugal.

Depois da análise dos resultados deste estudo piloto foi decidido refazer o guião das entrevistas porque novos assuntos surgiram e foi escolhida outra amostra de estudo. Estas decisões tiveram como objectivo tornar mais fina a análise de dados, e os resultados mais adequados à realidade estudada.

Foi decidido estudar os bibliotecários públicos em vez de outro tipo de profissionais de informação. A decisão de escolher esta amostra teve como razão principal: a consciência de que os problemas éticos dos profissionais de informação estão ligados ao conceito de cidadania e a maioria dos cidadãos não usam, habitualmente, serviços de informação especializada.

O facto de eu não ser uma bibliotecária pública ajuda a uma análise mais distanciada e objectiva da realidade.

Nesta parte da investigação foram visitadas vinte e quatro bibliotecas públicas. As bibliotecas foram: seis grandes bibliotecas, oito médias bibliotecas e dez pequenas bibliotecas. Quatorze bibliotecas estão na Rede Nacional de Leitura Pública, dez não estão. Quatro bibliotecas eram de duas grandes cidades: três de Lisboa e uma do Porto; das vinte restantes, nove eram de capitais de distrito, dez de cidades e uma de uma aldeia. Para obter uma amostra com o máximo de variação, todas as partes do país foram visitadas. Do nordeste ao sudoeste, do interior ao litoral. Assim, a amostra inclui bibliotecas de áreas metropolitanas e bibliotecas da província, de ambientes ricos e pobres, de

zonas rurais e industriais, de áreas turísticas e de partes do país que mal aparecem nos mapas.

Para esta parte da investigação foram entrevistadas vinte e oito pessoas, quatorze homens e quatorze mulheres. Havia profissionais com dois anos e profissionais com vinte e quatro anos de actividade profissional. Dezoito tinham a pós-graduação em Ciências Documentais e dez tinham outros cursos.

Este estudo é significativo devido à heterogeneidade das bibliotecas visitadas e dos bibliotecários entrevistados. No entanto, não dá a possibilidade de generalizar os resultados. A compreensão ganha nas diferentes expressões culturais e as diversas opções éticas dos participantes não é pensada ser reproduzida por outros investigadores científicos, porque este estudo não foi uma hipótese dedutiva a ser testada. É um diferente modo de fazer ciência. Constitui uma espécie de ciência hermenêutica, realizada para atingir compreensão baseada no que tem sido experimentado pelos participantes num conjunto particular.

Apesar da cuidada análise de dados realizada, a metodologia qualitativa utilizada, por necessidade de ganhar compreensão em vez de deduzir qualquer lei, não dá a possibilidade de generalizar os resultados. Como afirma Mellon ([3]):

“Those using qualitative methods must be content with relatively modest claims for their findings (...) They must be satisfied to say, “this is the situation in this setting””.

São os resultados deste género de investigação os que apresentarei, nesta comunicação. Mas antes é importante que vos apresente quais os temas que foram abordados no estudo sobre Liberdade Intelectual.

LIBERDADE INTELECTUAL NA PRÁTICA PROFISSIONAL

Muitos são os assuntos que estão relacionados com a protecção do direito à liberdade intelectual, no trabalho dos profissionais de informação.

São considerados temas tais como:

Qual é a atitude geral com relação à selecção de materiais?

Existem dificuldades relacionadas com a construção de uma equilibrada e variada colecção?

Por regras impostas aos bibliotecários

Por questões financeiras

Por grupos de pressão sobre que tipos de informação devem estar disponíveis numa biblioteca

Qual é a atitude com relação às tendências do próprio bibliotecário.

Esconder materiais

Existe alguma recomendação para esconder materiais?

Como se comporta o poder político com relação a isto?

Questões difíceis

A verdade e a falsidade na informação, o que devem fazer os profissionais?

Se aparece um problema grave, relacionado com o provável mau uso da informação, o que devem fazer os profissionais?

Códigos de Ética Profissional

Impacto das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação

Impacto do Mercado e o Acesso à Informação.

Como se pode deduzir, parece que nenhum tema profissional foi esquecido neste estudo.

É muito fácil afirmar que se defende a Liberdade Intelectual, num país onde a censura é politicamente incorrecta. No entanto, a realidade do que se afirma pode ser diferente do que se pratica.

Existem diferentes tipos de censura:

Censura seleccionando materiais

Censura “classificando” materiais

Censura retirando materiais das estantes

Construir boas colecções

Uma colecção que seja abrangente, que seja inclusiva e não exclusiva de qualquer espécie de materiais e que tenha em consideração as necessidades de informação dos utilizadores é o que pode ser considerada como fruto de uma boa selecção de materiais.

Conhecer as necessidades de informação dos utilizadores é uma boa base para construir uma colecção equilibrada e diversa, no entanto, devemos estar cientes da tensão entre diversidade e equilíbrio. Como Osburn ([4]) afirma:

“The concept of diversity in a collection is relatively easy to comprehend because it is single dimensional, unlike the concept of balance, which being relative and multidimensional, requires many qualifiers. In practice balance is a limiting factor for diversity, just as the reverse can also be true”.

Só quarenta por cento dos entrevistados, na amostra desta investigação, fizeram inquéritos aos utilizadores para determinar quais as suas necessidades de informação. Os sessenta por cento que não fizeram qualquer inquérito, afirmaram não o ter feito por falta de tempo para o fazer correctamente. Um dos entrevistados

considerou que já sabia o que os utilizadores queriam, pela prática diária (ent.3). Outro afirmou:

“Na minha opinião devemos ser muito cuidadosos com os inquéritos, porque podem criar expectativas a que não poderemos corresponder. Muitas pessoas nem sabem quais as suas necessidades de informação” (ent.16)

Em Portugal, os bibliotecários são os responsáveis pela gestão das colecções. São eles quem decide que materiais comprar ou não comprar. Durante a realização desta investigação, os entrevistados declararam não existirem quaisquer restrições financeiras à compra de materiais. Isto deve-se ao facto do Ministério da Cultura e as autarquias estarem tão empenhados no aumento da literacia.

Os bibliotecários têm regras para o desenvolvimento das colecções, nas quais estão presentes as preocupações de:

Ir ao encontro das necessidades dos utilizadores

Ter uma boa colecção com todos os tipos de materiais, cobrindo uma variedade de assuntos, para

Motivar mais pessoas a ir à biblioteca

Estas regras, implícitas, foram apresentadas como parte da responsabilidade de um bibliotecário; não são regras impostas.

Bibliotecários como censores

Um dos temas que se prende com a selecção de materiais, é a auto censura que um bibliotecário pode exercer, muitas vezes sem se dar conta. Buschman ([5]) afirma que na mente de um bibliotecário existe uma espécie de censura quando decidem não comprar certo tipos de materiais que contradizem os seus pontos de vista, ou se eles pensam que alguns tipos de informação devem ser escondidos do público.

Pela observação feita a cinquenta e cinco bibliotecas públicas portuguesas, as colecções disponíveis ao público em Portugal parecem actualizadas e diversas. Para se fazer uma análise mais concreta, uma questão sobre o desaprovar de certo tipo de materiais foi feita aos entrevistados. Os dados sugerem que 96% dos bibliotecários têm nas suas bibliotecas materiais que, eles pessoalmente, desaprovam. Muitos consideram que não podem ter a noção exacta do conteúdo de todos os materiais.

Do conjunto de materiais controversos, os mais difíceis de comprar para a maioria dos entrevistados, são materiais que advoguem o racismo. Esta dificuldade de adquirir materiais que advoguem o racismo indica que o reconhecimento da existência de

uma cultura multi-étnica em Portugal, quer ainda o profundo respeito pelos Direitos Humanos entre os bibliotecários portugueses.

Pouca importância é atribuída a outros materiais controversos, tais como literatura sobre bruxas, ou pornografia leve, ou ainda materiais sem valor literário. Como um dos entrevistados afirmou:

“Na verdade nós não sabemos o que é “valor literário”, e a pornografia é o erotismo dos pobres e até é útil para o desenvolvimento dos adolescentes, mas se eu pudesse, nunca compraria literatura que advoga o racismo.” (ent. 6).

De um modo claro, se pode afirmar que os bibliotecários públicos portugueses estão muito interessados em afirmar o valor de ter disponível todo o tipo de materiais para o público. Atribuem mais valor a essa disponibilidade do que às opiniões daqueles que não concordam com esses materiais.

As razões para que os bibliotecários sejam tão claramente contra a censura prendem-se com a experiência da ditadura, em que livros de muito valor eram proibidos. Também com a consciência de que a censura pode começar por limitar coisas pequeninas e depois pode limitar tudo o que queira, e mais vale não começar.

“Lobbies” de Censores

Outra questão relacionada com a Liberdade Intelectual na selecção de materiais é a existência de grupos organizados de censores. Não surgiu, nesta investigação, nenhum grupo a recomendar que não se comprem certos tipos de materiais. O que os bibliotecários considerariam uma rude interferência no direito de acesso à informação para todos.

Ainda que a recomendação para não comprar certos tipos de materiais não apareça, a recomendação para comprar certos materiais aparece. Isto da parte de utilizadores que pedem que certo tipo de materiais que lhes interessam façam parte da colecção da biblioteca. Esta pressão se fosse feita por grupos organizados poderia pôr em causa a construção de uma colecção equilibrada e diversificada.

No entanto, nos casos em que isso sucede (30% das bibliotecas), deve-se a estudantes ou professores que pensam que uma biblioteca pública é um bom espaço para encontrar o que lhes faz mais falta na biblioteca escolar. A maioria dos bibliotecários compreendem as suas necessidades e alguns oferecem cooperação. No entanto, os bibliotecários compreendem muito bem que

uma biblioteca pública não é uma extensão de uma biblioteca escolar.

Também existe uma pressão para comprar feita por editores que querem vender, mas um equilíbrio entre oferta e procura está presente nos bibliotecários.

Setenta por cento dos entrevistados não sentem qualquer espécie de pressão para comprar certo tipo de materiais e isso pode explicar-se pelo respeito que o povo português tem pelo direito de acesso à informação. E porque o público consideraria que intervir seria uma falta de compreensão do papel de uma biblioteca pública, e todos querem o melhor acesso à informação para todos. Além do mais, as pessoas são muito entusiastas das bibliotecas e compreendem que os recursos não são ilimitados. Também não estão habituadas a pedir tudo o que querem em qualquer serviço público.

Os bibliotecários crêem que as únicas razões para não comprar certos tipos de materiais poderiam vir de pressões políticas. No momento desta investigação não se sentia nenhuma espécie de pressão política nesse sentido. Mas os bibliotecários também compreendem que a história pode mudar, e se alguma espécie de ditadura alguma vez ocorresse, a pressão para comprar só certo tipo de materiais, não adquirir outro tipo de materiais e até para esconder certos tipos de materiais já existentes poderia começar.

Como um dos entrevistados afirmou:

“Esta é uma cidade livre. O presidente da Câmara nunca me disse para comprar ou não comprar qualquer coisa. Se isso acontecesse, eu demitir-me-ia imediatamente. Porque seria a minha liberdade e também a liberdade da comunidade que estaria em risco. O presidente da Câmara não interfere nestes assuntos, ele apoia o trabalho da biblioteca” (ent. 23)

Esconder materiais

Um outro tipo de censura é o esconder materiais já existentes nas bibliotecas. Esconder materiais é, com a queima de livros, uma das mais expressivas formas de censura. É importante considerar que podem existir censores, um termo usado para significar aqueles que querem suprimir o acesso à informação. Há várias espécies de censores nas nossas sociedades, por exemplo, aqueles que consideram que o acesso à informação pode ser prejudicial aos outros, e pensam que é seu dever impedir os outros de acederem a imagens e pensamentos que podem ser perturbadores ou de mau gosto.

Os resultados dizem-nos que não existem pressões externas na construção de

colecções. No entanto, podem existir pressões no sentido de esconder alguns materiais existentes na biblioteca, quer porque o bibliotecário não concorda com a existência desses materiais quer ainda porque sofre pressões para que esses materiais se mantenham fora do alcance do público.

Só dois casos muito esporádicos aconteceram neste conjunto de bibliotecas: uma vez por sugestão de uma técnica de bibliotecas à bibliotecária, porque não lhe agradava a exposição de uma revista que tinha fotografias de nus, o que deu à dita bibliotecária a oportunidade de explicar o que significa Liberdade Intelectual. E outra vez quando um político, presidente da Câmara, pediu que um dos livros da sua editora fosse retirado de uma exposição, por medo a que se pudesse pensar que essa exposição estava a fazer publicidade à sua editora.

Pedidos para remover materiais ou para os esconder não apareceram durante esta investigação. O empenho dos bibliotecários portugueses nas suas bibliotecas e a defesa da liberdade intelectual é partilhada pelo público utilizador. Há um cuidado grande pelas bibliotecas, com um grande orgulho na possibilidade de acesso a diferentes espécies de materiais. Isto é mais sentido entre os mais velhos do que entre os mais novos, porque os primeiros conhecem a diferença.

Os poderes políticos em todo o país têm um grande orgulho nas bibliotecas, e respeitam o direito de acesso à informação como algo em que não podem tocar. Também os poderes religiosos têm este respeito.

Questões difíceis

Citando o Prof. Thomas Fröhlich ([6]):
“Ethics usually entails deliberation: deliberation about which moral principles might apply to a situation, which ones have higher priority, how they might be applied to a given context, and how various stakeholders, even competing roles of each stakeholder, might affect the decision.”

As decisões éticas implicam a existência de dificuldades. Entre as mais difíceis decisões no que se refere à Liberdade Intelectual estão as questões da verdade ou não verdade na informação e o mau uso da informação.

Verdade e Falsidade na Informação

Uma das questões relacionadas com a Liberdade Intelectual é a questão da verdade na informação. A Inquisição pretendia

defender a verdade. Os profissionais de informação devem facilitar o acesso a qualquer espécie de informação e cada qual deve ter a possibilidade de encontrar qualquer informação que considere relevante. Este tema da verdade é particularmente sentido em campos como o da informação científica, dos acontecimentos políticos, de interpretações históricas, ou ainda de assuntos financeiros.

Creio que o profissional de informação se deve preocupar que haja exactidão na informação fornecida e se uma informação desactualizada está presente numa biblioteca, o bibliotecário deve avisar o leitor que sobre aquele tema existe realmente outra informação mais actualizada. No entanto, esta atitude é diferente de esconder alguns materiais porque não se consideram válidos.

A questão da verdade e falsidade na informação foi bem apresentada por John Swan ([7]):

“It is our job to provide access not to the truth, but to the fruit of human thought and communication; not to reality, but to multiple representations thereof. Truth and reality must fend for themselves within each of the complicated creatures who use materials we have to offer. We can and do learn a great deal from bad ideas and untruths”.

Mau uso da informação

E se a informação matar? Partindo de um caso imaginado por Fröhlich e Rubin, é apresentado o caso em que um adolescente, com aspecto deprimido, pede ao bibliotecário informação sobre um livro que ensina como cometer suicídio.

Esta questão foi levantada para nos darmos conta de que, na realidade, defender o acesso à informação de todo o tipo para todos, não é uma decisão sempre fácil.

A atitude mais comum dos bibliotecários entrevistados (65%) foi de que o bibliotecário não deveria emprestar o livro. Como alguns afirmaram:

“Nessas circunstâncias, eu, como bibliotecário e como cidadão, não queria estar ligado a uma acção tão trágica. Assim, se fosse para estudo está bem, mas eu não emprestaria o livro” (ent. 12)

“primeiro que tudo, eu procuraria saber se era só por curiosidade ou se havia algum outro objectivo. Mas em princípio, eu não lhe daria o livro, dizia-lhe que não o tinha. Penso que o acesso à informação é muito importante. Mas o direito à vida é superior ao direito à informação” (ent. 23)

A maioria dos bibliotecários entrevistados declararam que procurariam saber a razão pela qual o jovem estaria interessado nesse livro.

Alguns bibliotecários (35%) consideraram que:

“Se o bibliotecário tem o livro não pode recusar o empréstimo. Pode tentar falar com o utilizador, e depois de uma pequena conversa, eu emprestaria o livro.” (ent.7)

“Considero o valor da vida mais importante do que os meus valores profissionais. No entanto, eu emprestaria o livro e outros materiais sobre o assunto. Quem sabe? Se calhar, ele iria fazer um bom trabalho para a escola.” (ent.9)

Muitos afirmaram que esta decisão deveria ser tomada com base no bom senso, que é, no dizer de Descartes, o que está mais bem distribuído no mundo, porque todos pensamos ter o suficiente.

É interessante notar que ainda que, sessenta por cento estivessem interessados em procurar ajudar o adolescente, nenhum deles mencionou a possibilidade de pedir ajuda nesta decisão a alguma associação profissional.

Como se pode constatar por este exemplo, a informação não é tão neutra como às vezes parece, e então, deverá um bibliotecário ser neutro quando questões de vida ou morte estão presentes?

Uma vez que regras de ética profissional podem ajudar a tomada de decisões, em ocasiões semelhantes, é uma boa ocasião para se introduzir a questão dos Códigos de Ética Profissional.

Códigos de Ética Profissional

Todos os códigos de ética para profissionais de informação consideram o respeito pela liberdade intelectual como um dos mais gratos deveres dos profissionais.

Todos os profissionais de informação entrevistados concordaram com a defesa da Liberdade Intelectual expressa num código de ética profissional. Por diversas razões que podem ser condensadas na seguinte afirmação:

“Concordo. Porque a biblioteca é para todas as pessoas e as opiniões do bibliotecário não contam. O bibliotecário é um bibliotecário e também um utilizador de bibliotecas. Como utilizador ele pode escolher o que quer ler, a que informação quer aceder. Como bibliotecário ele tem de compreender que uma biblioteca e as suas fontes de informação devem ser tão vastas e variadas quanto possível” (ent.25)

Este modo de pensar é também um modo de fazer as coisas. Através da observação cuidada em serviços de informação e em bibliotecas públicas, em todo o país, notei que existe facilidade de acesso a todos os tipos de informação e também a vontade do pessoal em ajudar as pessoas a encontrarem a informação que necessitam.

Impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação

A maioria dos bibliotecários portugueses considera que o uso das tecnologias da informação e da comunicação aumenta o acesso à informação. Referiram-se à predominância da língua inglesa na Internet e ao fosso que existe entre os que têm capacidades para usar as novas tecnologias e os que as não possuem.

A possibilidade de esconder alguma informação, de se usarem filtros que impeçam a consulta a algum tipo de informação, o que constitui uma nova forma de censura, está longe das preocupações dos profissionais entrevistados entre 1996 e 1998.

O optimismo moderado com relação ao uso das novas tecnologias da informação pode ser devido ao facto de que a possibilidade de usar essas novas tecnologias atrai muitos jovens à biblioteca. Uma bibliotecária sublinhou a importância de usar as TIC como um modo de aumentar o interesse pela leitura, porque os jovens lêem mais se estiverem interessados e a “novidade” dos computadores nas bibliotecas aumenta o número de visitas à biblioteca e o interesse em ler.

Impacto do Mercado no Acesso à Informação

Este tema é importante, porque o mercado é um dos factores que podem condicionar (positiva ou negativamente) a decisão ética dos profissionais de informação.

As bibliotecas públicas têm, actualmente, o compromisso em dar acesso à informação sem qualquer encargo, isso é contrário à ideia de que a informação é um produto que deve ser pago.

Setenta e cinco por cento dos entrevistados concordam com a ideia de que *“deixado às forças do mercado, o acesso à informação será limitado a uma elite poderosa”*. No entanto, também reconhecem que esta é uma situação delicada, uma vez que as próprias bibliotecas públicas são operadores do mercado, uma vez que compram grandes quantidades de materiais a editores. Na maioria dos casos, os bibliotecários públicos portugueses consideram que as bibliotecas

públicas devem trabalhar para que o acesso à informação não seja limitado a uma elite poderosa. Como um dos entrevistados afirmou: *“Concordo. A informação é um produto, e está sob a pressão da lei da oferta e da procura, e do lucro. O objectivo das bibliotecas é contribuir para impedir que o acesso à informação seja limitado a uma elite. Temos de ser conscientes que vivemos em tempos difíceis e que a ameaça será de dominar o acesso à informação. Isto é aquilo em que nós bibliotecários deveríamos pensar, estas são as coisas importantes da nossa sociedade, e muitas vezes perde-se tempo a pensar noutras coisas”*. (ent. 23)

Os bibliotecários, como participantes na indústria da informação, compreendem a necessidade de ter em consideração as forças do mercado. Estão muito empenhados no aumento da literacia porque conhecem muito bem as dificuldades sociais, económicas e culturais que o povo português sofre. Também é importante notar que, no momento em que esta investigação foi realizada, não existiam quaisquer dificuldades económicas nas bibliotecas públicas, quer pelos financiamentos do Ministério da Cultura, quer pelo empenho das autarquias.

Alguns bibliotecários não concordaram com a afirmação *“deixado às forças do mercado, o acesso à informação será limitado a uma elite poderosa”* porque acham que a própria dinâmica do mercado deseja que mais gente tenha acesso à informação, seguindo a lógica que quantos mais clientes maior o lucro.

Outros não aceitam a afirmação porque crêem que o povo não deixaria que isso acontecesse. O ambiente político e cultural que rodeia as bibliotecas públicas em Portugal é tal que os bibliotecários estão optimistas. Eles crêem que as bibliotecas públicas serão para sempre pontos de acesso livre à informação.

Conclusão

Depois de uma investigação cuidada é possível afirmar que a Liberdade Intelectual é respeitada pelos profissionais de informação em Portugal.

Os bibliotecários em Portugal têm consciência das suas preferências e procuram ultrapassá-las, de modo a poderem construir colecções que representem todos os pontos de vista.

A selecção de materiais é da sua responsabilidade, não têm interferências de quaisquer grupos organizados e está de acordo

com o compromisso profissional para com a Liberdade Intelectual.

Qualquer forma de censura não surgiu nas bibliotecas portuguesas em que este estudo foi realizado.

Os bibliotecários entrevistados admitem a possibilidade de que a censura possa surgir, mas ainda não a sentiram no seu ambiente profissional.

Os valores democráticos em Portugal são orgulhosamente defendidos e o direito de acesso à informação é visto como parte integrante da democracia.

Dada a relativa novidade das bibliotecas públicas espalhadas pelo país, os valores dos bibliotecários, e o respeito dos portugueses pelo direito de acesso a toda a informação para todos, é um facto de que a liberdade intelectual é respeitada em Portugal.

NOTAS

WOODWARD, D. - A framework for deciding issues in ethics. Library Trends. 39:1-2 (1990), p. 8-17

BUSHA, C.H. - Freedom versus suppression and censorship. Littleton Colorado: Libraries Unlimited, 1972.

MELLON, C. A. - Naturalistic Inquiry for Library Science: Methods and Applications for Research, Evaluation, and Teaching. New York, London: Greenwood Press, 1990.

OSBURN, C. B. - Impact of Collection Management Practices on Intellectual Freedom. Library Trends. 39, 1-2, (1990), p. 168-182

BUSCHMAN, J. - Librarians, self-censorship, and information technologies. College and Research Libraries. May, (1994), p. 221-228

FRÖEHLICH, T. J. - Ethical Considerations Regarding Library Nonprofessionals: Competing Perspectives and Values. Library Trends 46: 3 (1998), p. 444-466

SWAN, J. - Untruth or Consequences. Library Journal. July, (1986), p.44-52

